



## OS INDESEJÁVEIS BLOQUEIOS AO DIÁLOGO SOCIAL

Portugal viveu, nos últimos três anos, uma situação completamente nova, decorrente da aplicação de um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro negociado entre o Governo português e vários organismos internacionais – a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

Desde Junho de 2011, um conjunto alargado de direitos foi bloqueado, por imposição dessas organizações – hoje conhecidas por Troika – entre os quais o livre direito à negociação colectiva entre empregadores e organizações sindicais.

Muitos dos direitos hoje existentes, conquistados após a Revolução de 25 de Abril de 1974, foram suspensos, como condição essencial para o sucesso daquele Programa, onde estava prometido ao povo português que os sacrifícios impostos teriam como resultado final o crescimento económico e o emprego.

Passados três anos, temos uma taxa de desemprego que se encontra acima dos 14,6% - a quinta mais elevada da Europa dos 28 – uma dívida pública que, em vez de reduzir, aumentou, cifrando-se neste momento acima dos 131% do PIB e um crescimento económico envergonhado, muito à custa das exportações, mas onde o mercado interno tarda em dar sinais de agitação.

A política salarial portuguesa continua a pautar-se pelos baixos salários, sempre com o problema da competitividade a esmagar quaisquer tentativas de alterar este *status quo*, e o eterno terror das economias onde os direitos dos trabalhadores ainda se encontram numa fase incipiente, ou nem sequer são respeitados.

Basta referir que o salário mínimo português é o mais baixo de toda a Zona Euro, situando-se hoje nos 485 euros mensais.

Mesmo assim, o acervo de direitos dos trabalhadores foi construído, ao longo destes últimos 40 anos, numa base de diálogo social tripartido, assente nos princípios orientadores que estão subjacentes à Organização Internacional do Trabalho, onde hoje nos encontramos.

A Concertação social, criada em 1984, foi pioneira na construção de soluções e no encontro de vontades entre os parceiros sociais para resolver problemas, quer estruturais, quer conjunturais.

Mas, nestes últimos três anos verificou-se uma estagnação nesse fluir de vontades entre parceiros sociais e Governo, resultante de um claro bloqueio imposto pela Troika, que pudesse promover as necessárias soluções para o desenvolvimento do país.

Se tal espírito de cooperação não tivesse sido posto em causa, porventura teríamos hoje índices estatísticos diferentes, para melhor, do que aqueles que temos hoje.

As terríveis medidas de austeridade impostas pela Troika falharam em grande parte os seus objectivos – temos hoje mais desemprego, crescimento muito tímido, emigração, pobreza, mais desigualdade e menor coesão social, milhares de insolvências de micro, pequenas e médias empresas, cortes salariais e de pensões, congelamento de carreiras profissionais na Administração Pública, menos Estado Social.

Estes não podem ser objectivos para o desenvolvimento de um povo.

Não fosse o sentido de responsabilidade e de compromisso dos parceiros sociais e certamente o clima de relativa paz social teria sido diferente.

Aliás, na última semana, foi conseguido um entendimento da maioria dos parceiros sociais sobre algumas alterações à legislação laboral, que potencia a contratação colectiva e promove novas dinâmicas no diálogo bipartido entre empregadores e trabalhadores.

Tal acontecimento comprova que o diálogo tripartido é essencial no encontro de soluções.

O imobilismo serve aqueles que nunca querem negociar e que tentam fazer do diálogo social um monólogo, onde só a vontade de uma parte é que conta – a sua parte e nunca a dos outros.

Isso não é diálogo – é sofisma.

Desejamos que a OIT mantenha a necessária visão estratégica de sentar à mesma mesa empregadores, trabalhadores e Governos, com o fim único de se obterem compromissos e soluções partilhadas.

Este é o grande mérito do diálogo social tripartido

No meu país, tal como na OIT e como em todos os regimes democráticos, vencerá sempre o compromisso.

Muito Obrigado

Carlos Silva

Secretário-geral da UGT-Portugal